

Compromissos para a promoção da ciência aberta no âmbito da Parceria para Governo Aberto

Michelli Costa¹, Tiago Emmanuel Nunes Braga²

¹ <https://orcid.org/0000-0002-4789-7623> + UnB, Brasília, Brasil. michelli@unb.br

² <https://orcid.org/0000-0001-6332-7965>+ IBICT, Brasília, DF. tiagobraga@ibict.br

O estudo teve por objetivo analisar os compromissos firmados por países no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP) que destinam-se a promoção da ciência aberta. A partir de uma pesquisa de levantamento na base OGP Explore, foram identificados 7 compromissos dessa natureza, entre 2015 e com previsão de finalização em 2020. Os compromissos foram analisados em relação às categorias de ciência aberta sistematizadas na taxonomia do Projeto FOSTER, as ações propostas e os resultados obtidos. A partir de tal metodologia, foi possível identificar que os Estados Unidos, França e Canadá apresentaram propostas de atuação mais abrangente no que diz respeito às dimensões da ciência aberta e à natureza dos planos de ação. As iniciativas contempladas nos documentos tratam de aspectos relacionados ao acesso aberto às publicações científicas, comunicação aberta dos dados de pesquisa, tecnologias abertas, formas alternativas de avaliação da ciência e a perspectiva da ciência cidadã. Comparativamente, Albânia, Gana, República Eslovaca e Romênia, demonstraram perspectivas mais restritas na concepção da ciência aberta e planos de ação mais limitados. Comumente, as abordagens limitaram-se a iniciativas relacionadas a ampla divulgação de publicações científicas, a partir das prerrogativas dos arquivos abertos. As limitações identificadas podem ser decorrentes de diferentes pontos de maturação das articulações em torno na ciência aberta, ou simplesmente sobre divergências acerca do seu conceito. Apesar das diferenças aqui destacadas todos os países apresentam avanços significativos, especialmente pelo mérito da exposição e comprometimento com o poder público. Os desdobramentos relacionados à ciência aberta ainda são desafiadores, na medida que precisam reinventar tradições e conciliar interesses, por vezes antagônicos. Os governos são atores fundamentais e devem ampliar sua atuação como promotores, legisladores, e se necessário, juízes do processo.